

O livro, a leitura e a biblioteca no Rio de Janeiro: a formação do Conselho Estadual de Leitura.

Malvina Tania Tuttman, Reitora da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e Presidente do CONSEL; reitora@unirio.br

Ana Lúgia Medeiros, Diretora do Departamento Geral de Bibliotecas Públicas do Estado do Rio de Janeiro, Vice-presidente do CONSEL, analigia@cec.rj.gov.br ;

Márcia Valéria S. Brito Costa, Diretora da Biblioteca Central da UNIRIO, Assessora da presidência do CONSEL, marciavc@unirio.br

Resumo: Relato de experiência da criação, em outubro de 2005, do Conselho Estadual de Leitura do Estado do Rio de Janeiro – CONSEL, focalizando os fatos antecedentes à criação do Conselho, sua implantação e estruturação, com especial ênfase na criação do documento *Leitura, caminho para o desenvolvimento de uma nação*, entregue ao Secretário Estadual de Cultura. O documento traça um perfil da exclusão social que se faz do não leitor no mundo atual, das instituições que trabalham com a questão da leitura no Rio de Janeiro e da rede de bibliotecas públicas, escolares, universitárias e de pesquisa existentes. Por fim, apresenta uma proposta de uma série de ações distribuídas pelas categorias de acervo, infra-estrutura, capacitação de pessoal e incentivo à leitura.

Palavras-chaves: Políticas públicas, CONSEL/RJ, Rio de Janeiro (RJ)
Seminário sobre “Bibliotecas” nº 10

1 Introdução

Muitos caminhos podem ser adotados para falar sobre questões de leitura. Podemos iniciar discutindo as origens dos diversos conceitos que envolvem a prática da leitura, ou começar diretamente com a teoria de construção de política pública. Sem dúvida é um tema com muitas possibilidades de discussão. Com a finalidade de identificar o campo onde fazemos nossa intervenção, iniciamos com o conceito de política pública. Para esse relato adotamos a definição de Saravia, que afirma que, numa visão operacional, política pública

“(…) é um sistema de decisões públicas que visa a ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, por meio de definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação de recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos.” (SARAVIA, 2006, p.29)

Nosso trabalho tentará demonstrar como uma idéia política foi posta em prática e uma rede de ações foi construída dando início ao Conselho Estadual de Leitura do Rio de Janeiro (CONSEL/RJ).

Criado pelo Decreto nº. 38.365, de 5 de outubro de 2005, o CONSEL/RJ é um órgão consultivo da Secretaria de Estado da Cultura. Sua finalidade principal é auxiliar na formulação de políticas públicas para o desenvolvimento da leitura, do livro e das Bibliotecas públicas do Estado do Rio de Janeiro. Para tanto, o Conselho tem as seguintes atribuições:

- Participar da formulação e do planejamento da política da leitura, do livro e da biblioteca no âmbito do Estado do Rio de Janeiro;
- Zelar pelo cumprimento das normas referentes a assuntos da leitura, do livro e da biblioteca;
- Manter estreita articulação com os Conselhos Estaduais congêneres e com órgãos que, direta ou indiretamente, possam contribuir para uma ação integrada e harmoniosa no processo de desenvolvimento cultural e sócio-econômico do Estado.

Mas, como chegamos a essas definições? Como uma idéia partilhada por muitos chega a uma efetiva atuação na sociedade? Como se institucionalizou o CONSEL/RJ?

2 Antecedentes

A leitura é, sem dúvida, um dos principais instrumentos para o desenvolvimento do indivíduo. Instrumento libertador que significa, segundo Alberto Manguel (2006), um rito de passagem que permite a construção de um cidadão pleno.

Porém, apesar de ser um consenso, ainda pouco se fez de forma integrada, no sentido de criar uma política pública para que as ações não sejam pontuais, mas representem um comprometimento do Estado. Por este motivo, a Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, na época tendo à frente o acadêmico Arnaldo Niskier, propôs o Programa Estadual do Livro e da Leitura, intitulado **RioLer**, lançado na XII Bienal Internacional do Livro, em 2005.

O RioLer, ao ser criado, considerou em sua formulação o Ano Ibero-americano da Leitura – comemorado em 21 países das Américas –, os programas em andamento no Ministério da Cultura e a trajetória que o Departamento Geral de Bibliotecas/Secretaria de Estado de Cultura vem desenvolvendo ao longo dos seus quase 20 anos. Este Departamento Geral de Bibliotecas é responsável pela coordenação geral do **RioLer** e pela execução dos projetos e ações que poderão, preferencialmente, ser realizadas em parceria.

Em consonância com a Lei nº 4077, de 7 de janeiro de 2003, sobre a criação da Política Estadual do Livro no Rio de Janeiro, o **RioLer** estabeleceu seus objetivos específicos: fortalecer o valor do livro, da leitura e da escrita; dinamizar e democratizar o acesso ao livro; fomentar ações visando a estimular o hábito da leitura; estimular a produção do autor fluminense; preservar o patrimônio literário, bibliográfico e documental do Estado do Rio de Janeiro; ampliar e modernizar as bibliotecas públicas e escolares e apoiar o mercado editorial fluminense.

Em decorrência dessas ações, foi proposta a criação do Conselho Estadual de Leitura do Rio de Janeiro visando envolver, de forma orgânica, os setores que integram a cadeia produtiva do livro (editores, distribuidores, livrarias, escritores e consumidores), organizações da sociedade e demais órgãos públicos.

O CONSEL/RJ foi criado por ato da Governadora do Estado, Rosinha Garotinho, através do Decreto nº 38.365, criando ações permanentes e mantendo articulação com os demais Conselhos Estaduais congêneres e com órgãos que possam contribuir para uma ação integrada em favor do crescimento cultural e sócio-econômico do Estado.

3 Primeiro ano de trabalho: Construindo a estrutura

O processo de construção de uma política pública passa por vários estágios. Alguns autores divergem em relação à forma como se dá a seqüência dos processos envolvidos nessa construção. O modelo jurídico adotado pelas sociedades exerce forte influência na seqüência do processo. No caso do Brasil, nos parece que Rapp define bem essa seqüência, ao destacar: identificação da questão; desenvolvimento; *implementação* ou formulação; execução; avaliação e conclusão.

Adotando esse pensamento, identificamos o primeiro ano de atividades do CONSEL/RJ como dedicado a ações de desenvolvimento e, à formulação de sua própria agenda. Nesse período, foram construídos: o Regimento Interno, que define suas regras de funcionamento e sua estrutura, e um documento-base para servir de diretriz a um programa de ação próprio.

O CONSEL/RJ é formado por personalidades reconhecidas da área cultural do país. E tem seus membros indicados pelo Secretário de Estado da Cultura. Todos são nomeados pelo Governador do Estado. Estão representados os diversos setores da mediação da leitura, da produção e criação do livro, organizações da sociedade e órgãos públicos. Fazem parte do grupo de conselheiros fundadores representantes de entidades como a Academia Brasileira de Letras, Universidades (UNIRIO, UERJ, UFRJ), Fundação Biblioteca Nacional, Biblioteca Pública do Estado, Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil, Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Bibliotecas (IFLA), Escritores e Editores.

Esses atores adotaram uma metodologia participativa na construção do Regimento Interno, em que todos os membros apresentaram sugestões e contribuições, o que permitiu a elaboração de um instrumento que valoriza a participação dos diversos segmentos da sociedade. O Regimento foi publicado no Diário Oficial do Estado através da Resolução SEC nº 132 de 17/11/2006.

A mesma metodologia utilizada na construção do Regimento foi utilizada na elaboração do documento que é a base do programa de ação do Conselho, "**Leitura, caminho para o desenvolvimento de uma nação**". Nesse documento, foram definidos quatro pontos prioritários de atuação: infra-estrutura das bibliotecas públicas, acervos, incentivo à leitura e capacitação profissional. Esse documento traça um panorama da importância da leitura no mundo atual e a situação das instituições do Estado do Rio de Janeiro, fala dos programas oficiais voltados para a área do livro e da leitura, além de propor parcerias entre o setor público e suas diversas esferas, assim como com instituições privadas. Esse documento foi entregue ao Secretário de Estado da Cultura, Dr. Luiz Paulo Conde, como contribuição do Conselho no detalhamento da política de governo.

4 Segundo ano de trabalho: Ações de execução e visão para o futuro

Nesse segundo ano de atividades do Conselho, ainda em curso, passamos a realizar uma série de ações de *implementação* visando a atender os problemas apontados no documento de referência. O primeiro passo foi dar publicidade aos objetivos traçados. Para tanto, a abertura dos trabalhos do ano foi realizada com uma sessão solene com a presença da Excelentíssima subsecretária de Cultura do Estado, a atriz Ângela Leal, o Excelentíssimo Secretário Estadual de Educação Prof. Nelson

Maculan, e diversas autoridades do Estado, Município, universidades, empresas e instituições ligadas ao mundo do livro e da leitura, além da imprensa.

Em seguida, buscamos atender a área de capacitação profissional dos funcionários das bibliotecas, buscando parcerias para iniciar um ciclo de palestras. Inaugurando esta ação tivemos a parceria do Instituto Goethe que patrocinou a vinda da bibliotecária Hannelore Vogt Doutora em Gestão Cultural que proferiu a **palestra “Bibliotecas como oásis”?** Conceitos de marketing e de gerenciamento voltados ao usuário de bibliotecas.

Outra área que estamos desenvolvendo ações para o segundo semestre é a de incentivo a leitura com a programação de um **Seminário sobre Literatura Brasileira** voltado para bibliotecários e professores da rede de ensino público e privado do Rio de Janeiro. Esse seminário será apresentado em setembro na Bienal do livro.

Soma-se a essas atividades a constante participação dos Conselheiros em reuniões, seminários, feiras, congressos e demais atividades relacionadas ao livro, à leitura e às bibliotecas.

Estamos no início da jornada e nossa visão para o futuro, no que se refere ao CONSEL/RJ, pode ser expressa não só pela definição de políticas de leitura para o Estado do Rio de Janeiro, considerando a pluralidade desafiante de seus diferentes contextos, mas, principalmente, pela possibilidade de estabelecer articulação entre a diversidade dos agentes sociais, visando à efetivação de ações coletivas – interinstitucionais e comunitárias – mobilizadoras para a construção de redes que impulsionem iniciativas de incentivo à leitura.

Dessa forma, o CONSEL/RJ tem a intenção de ultrapassar a visão hierárquica de definidor e assumir a responsabilidade de mediador de reflexões e práticas coletivas, ouvindo, sentindo, percebendo e organizando, a partir das diferentes representações oficiais ou não, uma nova forma de se estabelecer políticas públicas, em especial voltadas à leitura.

5 Referencias

MANGUEL, A. **A biblioteca à noite**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006

RAPP, M.N.E. de. Políticas públicas. In: **Simpósio Latino-Americano de Bibliotecas Públicas**, 1 e Encontro Nacional do Sistema de Bibliotecas Públicas, 13. 2006, Rio de Janeiro: FBN, 2006. 1 CD-ROM.

SARAVIA, E. Introdução à teoria da política pública. In: **Políticas públicas: coletânea**, Brasília: ENAP, 2006. p. 21-42.

VOGT, H. Bibliotecas como verdadeiros oásis? **Conceitos de marketing e de gerenciamento voltados ao usuário**. 2007, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.goethe.de/ins/br/rio/wis/sbi/fav/ptindex.htm>. > Acesso em 29 junho. 2007

6 Anexos

A – Documento Básico

B – Relação dos Conselheiros

Leitura, caminho para o desenvolvimento de uma nação

Hoje, além da exclusão social imposta a milhões de analfabetos absolutos no mundo – que não sabem ler nem escrever – o analfabetismo funcional, aquele que compromete o uso da palavra escrita, condena outras tantas milhões de pessoas a situações de perda da produtividade e até de falta de oportunidades de emprego. Tanto a alfabetização quanto o novo conceito de letramento (*Literacy*), entendido como “a capacidade dos indivíduos de processar a informação recebida de forma escrita no uso da vida cotidiana”, são preocupações de todas as nações no mundo globalizado.

É importante destacar que, no cenário mundial, desde a década de 1980, várias iniciativas vêm sendo adotadas na área do livro, da leitura e das bibliotecas, com a criação de associações profissionais, espaços infantis de leitura nas bibliotecas públicas e escolares, passando por avanços tecnológicos nas indústrias editorial e gráfica. Mas tem havido, principalmente, o apoio, por meio de políticas públicas para a criação de sistemas públicos de bibliotecas, a ações de incentivo à leitura e à valorização da formação profissional de bibliotecários.

Calcula-se que somente um percentual de 25% da população brasileira seja capaz de dominar a escrita. Segundo o Instituto Paulo Montenegro, o analfabetismo funcional atinge 68% da população brasileira entre 15 e 64 anos. Estima-se que isto provoque, no Brasil, uma perda na produtividade equivalente a US\$ 6 bilhões anuais. Na luta para combater o problema, é relevante o lugar do Rio de Janeiro, que sempre esteve na vanguarda cultural do país.

Neste sentido, foi criado pelo Decreto nº 38.365, de 5 de outubro de 2005, o Conselho Estadual de Leitura (CONSEL/RJ), órgão consultivo da Secretaria de Estado de Cultura, cuja finalidade é formular a política pública para o desenvolvimento da área do livro e da leitura no Estado do Rio de Janeiro.

Preocupado com esse cenário desfavorável sobre a leitura em nosso estado, e cumprindo a função designada no referido decreto, o CONSEL vem propor diretrizes a serem consideradas pelo próximo Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Contexto local

O Rio de Janeiro tem uma situação diferenciada no cenário nacional no que se refere a questões de leitura, pois foi o primeiro estado da federação a contar com, pelo menos, uma biblioteca pública em cada um dos seus 92 municípios. Temos um total de 158 bibliotecas públicas em todo o Estado do Rio, sendo 147 municipais, 10 estaduais e uma federal, além da Biblioteca Nacional. Contamos também com 88 editoras, 21 distribuidoras e 137 livrarias no Estado do Rio, o que caracteriza uma boa rede de instituições voltadas para a questão do livro, além de instituições voltadas para a questão da leitura. Entre elas, destacamos a Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ), entidade sem fins lucrativos fundada há 38 anos, cuja missão é difundir a leitura e a boa literatura infantil e juvenil no país.

Temos, ainda, a Lei nº 4.077, de 7 de janeiro de 2003, que dispõe sobre a criação da Política Estadual do Livro e dá outras providências; o RioLer, Programa Estadual do Livro e da Leitura, que procura traçar as diretrizes para uma Política Estadual do Livro e da Leitura; e o Conselho Estadual de Leitura (CONSEL/RJ) cujos objetivos encontram-se acima explicitados.

Por outro lado, a crônica falta de contato com a leitura, principalmente entre as pessoas em desvantagem social, aponta para a necessidade de se avançar no sentido de formular políticas públicas estaduais, que levem em consideração a situação da população local e o desenvolvimento econômico e social desejado. Estudos demonstram que a cada ano adicional de escolaridade nos ensinos médio ou superior de um cidadão, eleva-se a renda per capita em meio ponto percentual por ano. Devido à amplitude do tema, foram definidas ações básicas que, no entender do CONSEL, dariam mais força à política pública para o livro e a leitura no Estado do Rio de Janeiro. São elas:

- Fomentar ações visando a estimular o hábito da leitura;
- Fortalecer a importância do livro, da leitura e das bibliotecas públicas, escolares e comunitárias;
- Dinamizar e democratizar o acesso ao livro;
- Ampliar e modernizar as bibliotecas públicas e escolares;
- Apoiar o mercado editorial do Estado do Rio de Janeiro;
- Preservar o patrimônio literário, bibliográfico e documental do Estado do Rio de Janeiro;
- Estimular a produção do autor fluminense;
- Promover, no âmbito do CONSEL/RJ, a ação conjunta entre as Secretarias de Estado de Cultura e de Educação.

Distribuição das ações por categorias de apoio

Para facilitar o entendimento das ações acima relacionadas, sugerimos a criação de quatro linhas de atividade definidas como:

- **Infra-estrutura:** Reforma de instalações das bibliotecas estaduais e provimento de mecanismos de segurança, visando à preservação do acervo, de funcionários e de usuários. Além da ampliação da rede de informatização entre as bibliotecas públicas do Estado do Rio de Janeiro;
- **Acervo:** disponibilizar recursos orçamentários para a atualização dos acervos das bibliotecas públicas e escolares do Estado do Rio de Janeiro; identificar, organizar e preservar obras raras existentes nas bibliotecas estaduais;
- **Incentivo à leitura:** garantir a continuidade de projetos inovadores como a Feira Livro (pontos de empréstimo em hortomercados e shoppings); incentivo à reedição de autores fluminenses e o lançamento de novos autores;
- **Capacitação profissional:** criar espaço permanente para cursos de formação e atualização para profissionais que atuam em bibliotecas públicas e escolares, além da abertura de concurso público para ampliação do quadro existente, levando-se em consideração que o último concurso público ocorreu em 1970.

Considerando que a Lei nº 4.077 de 7 de janeiro de 2003, em seu art. 3º, estabelece a criação do Plano Estadual de Difusão do Livro, a ser elaborado com a participação da sociedade civil organizada e representantes do Poder Público,

consignando verbas orçamentárias para sua realização, é importante a indicação de programas, projetos e ações a serem desenvolvidos por meio de parcerias.

1. **Parceria com os municípios:** oferecer condições ao Sistema Estadual de Bibliotecas (SEB) para o desempenho de assessoria técnica às bibliotecas municipais, visando a sua modernização, capacitação profissional e promoção de atividades de incentivo à leitura;
2. **Parceria com instituições públicas e privadas:** promover atividades tais como ciclos de conferências, cursos, seminários, concursos, feiras de livros.

Recomendações finais:

Tendo em vista que a construção da cidadania tem na escola um dos seus principais pilares, recomenda-se a ampliação do ensino de literatura portuguesa e brasileira no ensino médio, visando à valorização da cultura luso-brasileira e à dinamização da literatura infantil nas séries iniciais do ensino fundamental.

Vale ressaltar que, quando se comemoram duas importantes datas como os duzentos anos da implantação da Imprensa Régia no Brasil (1808- 2008) e o centenário da morte de Machado de Assis (1908-2008), outro ponto que merece atenção é o programa de acessibilidade aos locais públicos, entre eles as bibliotecas.

Os signatários do Conselho Estadual de Leitura, especialistas e profissionais que são vinculados a instituições públicas e privadas nas áreas da leitura e do livro encaminham estas considerações ao Secretário de Estado de Cultura, Luiz Paulo Conde.

Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 2006.

Malvina Tania Tuttman
Presidente

Anexo B - Nome dos Conselheiros do Conselho Estadual de Leitura do Rio de Janeiro
(CONSEL/RJ)

Presidente

Malvina Tania Tuttman

Vice-presidente

Ana Lúgia Medeiros

Conselheiros

Ana Maria Machado

Anna Maria Rennhack

Antonio Olinto

Arthur José Poerner

Bruno Villasboas

Cybelle de Ipanema

Elizabeth Maria Ramos de Carvalho

Evanildo Cavalcante Bechara

Gisela Pinto Zingoni

Lúcia Jurema Figueiroa

Maria Regina Simões Sales

Mariza Russo

Pedricto Rocha Filho

Pedro Henrique Hue Ribeiro de Lessa

Ronaldo Martins Lauria

Rosa Maria Cuba Riche

Salma Paes Barreto

Sonia Maria de Mattos Lucas